



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

ROBERTA LAVYNIA DE ALMEIDA SILVA

Percepção dos professores da Educação Infantil sobre o papel do Psicopedagogo na
construção do Plano Educacional Individualizado (PEI)

Orientadora: Prof. Dra. Célia Maria Cruz Marques

JOÃO PESSOA - PB
2024

ROBERTA LAVYNIA DE ALMEIDA SILVA

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O PAPEL DO
PSICOPEDAGOGO NA CONSTRUÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL
INDIVIDUALIZADO (PEI)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado
de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof. Dr.ª Célia Maria Cruz Marques

Aprovada em: 29/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Célia Maria C. Marques
Prof.ª Dr.ª Célia Maria Cruz Marques
(Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Liliane Kelly de Souza Galvão
Prof.ª Liliane Kelly de Souza Galvão
(Membro)
Universidade Federal da Paraíba

 Documento assinado digitalmente
MONICA DIAS PALITOT
Data: 31/10/2024 10:56:23-0100
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>
Prof.ª Mônica Dias Palitot
(Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Roberta Lavynia de Almeida.
Percepção dos professores da educação infantil sobre o papel do psicopedagogo na construção do Plano Educacional Individualizado (PEI) / Roberta Lavynia de Almeida Silva. - João Pessoa, 2024.
29 f. : il.

Orientação: Célia Maria Cruz Marques.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Psicopedagogia. 2. Plano Educacional Individualizado. 3. Educação inclusiva. I. Marques, Célia Maria Cruz. II. Título.

UFPB/CE CDU 373.3-051(043.2)

RESUMO

O presente estudo investiga a percepção de professores da educação infantil sobre a contribuição do psicopedagogo na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), um documento essencial para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, enfatizando que a atuação do psicopedagogo é crucial para identificar as necessidades específicas dos alunos e desenvolver estratégias de aprendizagem adaptadas. Assim, o presente trabalho adotou como objetivo geral analisar a concepção de professores da educação infantil a respeito do papel do psicopedagogo na elaboração do PEI e sua contribuição para o desenvolvimento acadêmico de alunos com deficiência. Para alcançar esse objetivo, participaram da pesquisa 20 professores, com idades variando entre 24 e 58 anos. Desses, 75% atuam na rede privada de ensino e 25% na rede pública. No que se refere ao tempo de experiência na docência, 75% possuem mais de 10 anos de atuação, 15% entre 1 e 5 anos, e 10% entre 6 e 10 anos. Utilizando um questionário para coleta de dados sobre suas experiências e percepções, os participantes responderam individualmente um questionário estruturado de forma online, pelo Google, com o tempo médio de preenchimento de 15 minutos, em que constam 29 perguntas, 09 (nove) de natureza sociodemográfica a fim de caracterizar os participantes da pesquisa. Adotou-se um procedimento padrão e o consentimento dos participantes foi obtido através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), disponibilizado no *Google Forms*. As respostas dos participantes ao questionário foram analisadas pela técnica da análise de conteúdo de Bardin (2016). As falas dos participantes foram agrupadas em duas categorias: concepção dos professores: psicopedagogia e elaboração do PEI e a segunda categoria voltada para a compreensão dos professores: psicopedagogia e desenvolvimento de alunos com deficiência. Os resultados indicam que, embora os professores reconheçam a importância do PEI, enfrentam muitos desafios na sua elaboração e aplicação, muitas vezes considerando-o um documento burocrático. A formação entre professores e psicopedagogos é considerada fundamental para o funcionamento do PEI, permitindo uma abordagem mais integrada e personalizada no processo educativo. Além disso, a pesquisa ressalta a necessidade de formação contínua para os educadores, a fim de capacitá-los. Por fim, enfatizamos que a interação entre docentes e psicopedagogos não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Plano Educacional Individualizado; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This study investigates early childhood educators' perceptions of the psychopedagogue's contribution to the development of Individualized Education Plans (IEPs), an essential document for addressing the educational needs of students with disabilities. The study highlights the crucial role of the psychopedagogue in identifying the specific needs of students and developing adapted learning strategies. The main objective of this study was to analyze early childhood educators' conceptions of the psychopedagogue's role in the development of IEPs and their contribution to the academic development of students with disabilities. To achieve this objective, 20 teachers participated in the research, with ages ranging from 24 to 58 years. Of these, 75% work in the private education network and 25% in the public network. Regarding teaching experience, 75% have more than 10 years of experience, 15% between 1 and 5 years, and 10% between 6 and 10 years. A questionnaire was used to collect data on their experiences and perceptions. Participants answered a structured online questionnaire individually through Google, with an average completion time of 15 minutes. The questionnaire consisted of 29 questions, 9 of which were sociodemographic in nature. Bardin's content analysis technique (2016) was used to analyze the participants' responses. The participants' statements were grouped into two categories: teachers' conception of psychopedagogy and the development of IEPs, and the second category focused on teachers' understanding of psychopedagogy and the development of students with disabilities. The results indicate that although teachers recognize the importance of IEPs, they face many challenges in their development and implementation, often considering them a bureaucratic document. The training between teachers and psychopedagogues is considered fundamental for the functioning of the IEP, allowing a more integrated and personalized approach in the educational process. In addition, the research highlights the need for continuous training for educators. Finally, we emphasize that the interaction between teachers and psychopedagogues not only enriches the school environment but is also essential to ensure that all students, regardless of their difficulties, have access to a quality and inclusive education.

Keywords: Psychopedagogy; Individualized Educational Plan; Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é vivenciado de maneira diversa em várias culturas, dependendo das políticas de educação especial, das concepções de deficiência e dos modelos pedagógicos adotados (Tannús-Valadão, 2010). A ideia de um PEI, como apresentada no texto, começou com a própria escola especial, e, historicamente, evoluiu de um foco institucional para uma abordagem centrada na pessoa. Em países como os Estados Unidos e no contexto de muitos países europeus, o PEI é amplamente utilizado, seguindo os princípios da inclusão e da individualização. Nesses contextos, o PEI é elaborado com base na avaliação detalhada do estudante, considerando suas necessidades específicas, como apontado por Pierangelo e Giuliani (1998). A avaliação é fundamental para definir a elegibilidade, diagnóstico, e a criação de um plano individualizado que atenda às necessidades educacionais e de suporte do aluno. A legislação, como a *Individuals with Disabilities Education Act (IDEA)* nos EUA, garante que os estudantes elegíveis recebam educação adequada e serviços de apoio conforme o PEI.

Nos países nórdicos, o planejamento educacional individualizado também se baseia em uma forte filosofia de inclusão social e educacional. As escolas colaboram com a comunidade e as famílias para garantir que o aluno com deficiência participe plenamente da vida escolar e social, segundo a Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2018). A abordagem inclusiva nessas culturas é pautada no respeito à diversidade e na eliminação de barreiras, com o objetivo de garantir que os alunos com deficiência possam estudar em escolas regulares junto com seus pares.

Por outro lado, como afirma Tannús (2010) em contextos onde os recursos são mais limitados ou onde o modelo médico ainda predomina, o PEI pode ser compreendido de forma mais restrita, centrado na instituição, como observado em alguns países em desenvolvimento. Nesses contextos, o planejamento individualizado muitas vezes visa ajustar a criança ao sistema de ensino ou oferecer serviços segregados, refletindo a antiga abordagem institucional mencionada no texto. Além disso, em várias culturas asiáticas, como no Japão e na Coreia do Sul, há uma tendência em equilibrar a inclusão com as expectativas acadêmicas rígidas. Embora o PEI seja adotado, o foco em resultados acadêmicos pode influenciar a maneira como o planejamento individualizado é implementado, priorizando habilidades acadêmicas em detrimento de habilidades sociais ou emocionais.

Assim, a maneira como o PEI é compreendido e vivenciado em diferentes culturas reflete as variáveis sociais, econômicas e políticas de cada contexto, mas a tendência global atual é mover-se para um modelo centrado na pessoa, focando no desenvolvimento do indivíduo e na sua plena inclusão social e educacional.

A pesquisa tem como objetivo investigar, a partir da concepção de professores da educação infantil, como o psicopedagogo pode contribuir para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) visando à promoção do desenvolvimento acadêmico e pessoal de alunos com deficiência. O PEI, também conhecido como Plano de Ensino Individualizado, é amplamente reconhecido como uma metodologia de trabalho colaborativo (Costa; Schmidt, 2019). Ele é focado no aluno com deficiência e é desenvolvido considerando a série, idade, grau de desenvolvimento, estado atual de habilidades e conhecimentos prévios do aluno. O PEI busca definir objetivos a curto, médio e longo prazos, bem como realizar avaliações contínuas do progresso do estudante (Glat; Vianna; Redig, 2012).

Os termos de interesse incluem o PEI, que é um documento essencial que descreve as necessidades educacionais específicas de um aluno com deficiência, estabelecendo metas e estratégias de ensino adaptadas, e o psicopedagogo, que é o profissional responsável por atuar, com foco no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral do aluno. Sua construção é uma função primordial do pedagogo, que coordena o processo colaborativo entre diversos profissionais da educação, saúde e assistência social, além de envolver a família do estudante. É importante destacar que o trabalho do psicopedagogo não se limita ao atendimento de alunos com deficiência, mas abrange todos os estudantes que necessitem de apoio em seu processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral. A construção do PEI, embora centralizada nas necessidades de alunos com deficiência neste estudo, o psicopedagogo atua nesse contexto com um foco abrangente, visando o desenvolvimento e a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições e necessidades específicas. A base legal do PEI no Brasil está ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), outras legislações que embalsam a inclusão é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - 2008, e na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no Decreto nº 7.611 /2011.

Essas legislações asseguram o direito à educação inclusiva e orientam a construção e implementação do PEI, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes. Com a promoção da inclusão, a psicopedagogia surgiu para preencher a lacuna entre o atendimento

clínico/psicológico de indivíduos com deficiência e a educação desses alunos. Isso amplia o campo de atuação do psicopedagogo, não apenas para trabalhar com pessoas com deficiência, mas também para prevenir dificuldades, orientar, apoiar e desenvolver estratégias de aprendizagem (Pontes, 2010).

A justificativa para a pesquisa reside na importância do PEI como uma ferramenta essencial para atender às necessidades específicas de estudantes com dificuldades de aprendizagem. A atuação do psicopedagogo é fundamental para a identificação dessas necessidades educacionais e para a elaboração de estratégias personalizadas. Contextualmente, o tema ganha relevância diante de uma crescente demanda social e educacional por políticas e práticas inclusivas, destacadas em discussões de notícias, legislações e iniciativas educacionais em âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional. Compreender o impacto dessa atuação pode melhorar a qualidade da educação inclusiva, contribuir para o sucesso escolar dos alunos com deficiência e proporcionar um desenvolvimento integral.

O trabalho psicopedagógico nessa direção é predominantemente educacional, não clínico, concentrando-se na prestação de apoio e orientação aos profissionais da instituição, com o objetivo de prevenir as dificuldades de aprendizagem e contribuir para o seu aprimoramento (Moura, 2020; Bertoldi; Brzozowski, 2020).

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se alinha à área da psicopedagogia com uma perspectiva inclusiva, fundamentando-se em teorias que abordam a educação inclusiva e o papel do psicopedagogo como facilitador no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), promulgada em 2015 que, no artigo 27, ressalta:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único: É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

O Artigo 27 destaca a importância de um projeto pedagógico que institucionaliza o atendimento educacional especializado, proporcionando serviços e adaptações que atendem às características dos estudantes com deficiência, garantindo seu pleno acesso ao currículo em

condições de igualdade e promovendo a conquista e o exercício da autonomia. Além disso, enfatiza a necessidade de um planejamento de estudo de caso, que inclua a elaboração de um plano de atendimento educacional especializado, a organização de recursos e serviços de acessibilidade e a disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva. Por fim, o artigo garante que uma pessoa com deficiência tenha acesso, em igualdade de condições, a jogos, atividades recreativas, esportivas e de lazer no sistema escolar.

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

Assim, entende-se que o acesso à inclusão é um direito e uma liberdade fundamental das pessoas com deficiência, garantido em condições de igualdade. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) veda, por exemplo, a imposição de dificuldades para a matrícula desses estudantes nas instituições de ensino, bem como a cobrança de taxas adicionais para assegurar o acompanhamento necessário em função da deficiência. Tendo como objetivo geral analisar a concepção de professores da educação infantil a respeito do papel do psicopedagogo na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e sua contribuição para o desenvolvimento acadêmico de alunos com deficiência. Sendo os específicos identificar a concepção de professores da educação infantil sobre a elaboração do PEI e descrever como os professores da educação infantil compreendem a contribuição da psicopedagogia na promoção do desenvolvimento acadêmico de discentes com deficiência.

2. INCLUSÃO ESCOLAR E PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

A inclusão escolar é uma abordagem educacional que se propõe a garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou características, possam ter acesso e participar ativamente do ambiente escolar regular. Esse conceito vai além da mera presença física do aluno na sala de aula; ele implica a criação de condições que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento integral de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência e outras necessidades especiais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº

13.146/2015) é um marco legal que reforça essa necessidade, estabelecendo que a educação deve ser oferecida de forma a assegurar acessibilidade, equidade e qualidade.

O PEI não é exclusivo para pessoas com deficiência; ele pode beneficiar todos os alunos que apresentem necessidades específicas de aprendizagem. Contudo, neste trabalho, o foco recai sobre a aplicação do PEI no atendimento a alunos com deficiência, buscando promover práticas educacionais que respeitem suas particularidades. A elaboração do PEI deve partir de uma avaliação detalhada das necessidades, potencialidades, limitações e interesses do aluno, envolvendo não apenas os educadores, mas também a família e, quando possível, o próprio aluno. Esse plano não é um documento estático; ele deve ser constantemente revisado e ajustado conforme a evolução do aluno e as práticas pedagógicas adotadas. Assim, o PEI permite que o ensino seja personalizado, viabilizando adaptações curriculares, metodológicas e de avaliação que contemplem a diversidade do corpo discente.

Além disso, o PEI deve contemplar a formação contínua dos professores, uma vez que a inclusão requer um conjunto de habilidades e conhecimentos que nem sempre estão presentes na formação inicial. A capacitação dos educadores é fundamental para que possam lidar com a diversidade em sala de aula, aplicando estratégias diferenciadas que promovam a participação ativa de todos os alunos. A sensibilização dos professores para a importância da inclusão e para a valorização das diferenças contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

Outro aspecto relevante é a colaboração entre os diferentes profissionais da educação, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que podem contribuir para a elaboração e implementação do PEI (Tannús-Valadão, 2010). Essa equipe multidisciplinar é essencial para identificar as necessidades específicas de cada aluno e para garantir que as estratégias adotadas sejam adequadas e eficazes. A integração de diferentes áreas do conhecimento enriquece o processo educativo, favorecendo a construção de um espaço escolar mais inclusivo e diversificado.

Em suma, o PEI é uma estratégia indispensável para a inclusão escolar, pois permite a personalização do ensino e o desenvolvimento integral dos alunos. Sua eficácia depende da colaboração entre educadores, profissionais de saúde, família e, principalmente, do envolvimento ativo dos alunos no processo de aprendizagem. A implementação do PEI, portanto, deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, visando garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente em um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade (Silva, 2020).

A colaboração entre docentes e psicopedagogos é um elemento crucial para garantir o sucesso da educação inclusiva e a implementação efetiva do PEI. Esta interação não apenas amplia a visão sobre as necessidades dos alunos, mas também cria um espaço onde múltiplas estratégias e conhecimentos podem ser aplicados para atender à diversidade do corpo estudantil.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), é obrigação das instituições de ensino proporcionar um ambiente educacional igualitário. Isso implica que todos os alunos, incluindo aqueles com alunos com deficiência, devem receber o suporte necessário para seu aprendizado. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) reforça a importância de uma abordagem colaborativa. Essa abordagem envolve não apenas professores e psicopedagogos, mas também outros profissionais, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais, em um esforço conjunto para construir ambientes inclusivos que atendam a todas as necessidades dos alunos.

As políticas públicas no Brasil desempenham um papel crucial na construção de um sistema educacional inclusivo, refletindo um compromisso com os direitos de todos os cidadãos, especialmente aqueles alunos com deficiência. O arcabouço normativo que apoia a inclusão escolar é fundamentado em legislações que assegurem a equidade e a acessibilidade no ambiente educativo. A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), apresenta diretrizes que visam garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos.

Ao compartilhar experiências, estratégias e conhecimentos, docentes e psicopedagogos podem desenvolver soluções inovadoras e adaptadas às necessidades individuais de cada aluno. Essa dinâmica de trabalho em equipe possibilita a identificação precoce de dificuldades, permitindo intervenções mais rápidas e eficazes, além de um planejamento pedagógico que considera as especificidades de cada estudante. Um aspecto importante da colaboração entre docentes e psicopedagogos é o desenvolvimento de um diálogo contínuo. A comunicação aberta entre esses profissionais é fundamental para que possam discutir as observações feitas em sala de aula, analisar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias de ensino conforme necessário. Esse diálogo não apenas contribui para um entendimento mais profundo das dificuldades enfrentadas pelos alunos, mas também para a construção de um ambiente de apoio e confiança (Rodrigues, 2006).

Além disso, a formação contínua e a capacitação dos professores são essenciais para a colaboração eficaz. Quando os docentes são capacitados em práticas inclusivas e conhecem as especificidades do trabalho psicopedagógico, eles se tornam mais habilitados a implementar as

estratégias sugeridas. O trabalho conjunto entre docentes e psicopedagogos também pode envolver o desenvolvimento de programas de formação que abordem a inclusão, as diferenças de aprendizado e as metodologias de ensino diversificadas. Essas iniciativas podem ajudar a desmistificar a inclusão e promover uma cultura escolar que valoriza a diversidade. A colaboração não deve se restringir apenas ao ambiente escolar, mas também incluir a família dos alunos.

Em suma, a colaboração entre docentes e psicopedagogos é uma estratégia essencial para a educação inclusiva e a implementação do PEI. Essa sinergia não apenas potencializa a capacidade de resposta às necessidades dos alunos, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo. A criação de um espaço onde diferentes profissionais se unem em prol do aprendizado de todos os alunos é fundamental para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade (Porto, 2021; Mazzota & Barbosa, 2019).

O psicopedagogo tem um papel essencial e multifacetado na promoção da educação inclusiva, atuando como um mediador entre os alunos, professores e a comunidade escolar. Essa função se torna ainda mais crucial em um contexto onde a diversidade de necessidades educacionais é cada vez mais reconhecida e atendida nas escolas. Com base nas diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o psicopedagogo deve integrar suas ações ao trabalho de uma equipe multidisciplinar, contribuindo para um ambiente de aprendizado que respeite e valorize a singularidade de cada aluno.

A identificação das necessidades educacionais dos alunos é uma das tarefas primordiais do psicopedagogo. Essa identificação não se limita apenas ao reconhecimento de dificuldades acadêmicas, mas também envolve a análise de aspectos emocionais, sociais e comportamentais que possam influenciar o aprendizado. Por meio de avaliações diagnósticas e observações, o psicopedagogo consegue traçar um perfil mais completo do aluno, possibilitando a elaboração de intervenções que atendam às suas especificidades. Além disso, o psicopedagogo tem a responsabilidade de propor estratégias de intervenção que são adaptadas às diferentes realidades dos alunos. Isso pode incluir o desenvolvimento de atividades lúdicas que estimulem a motivação, a adaptação de materiais didáticos, a implementação de tecnologias assistivas e a criação de um ambiente que favoreça a inclusão social. Ao trabalhar em conjunto com os professores, o psicopedagogo pode sugerir práticas pedagógicas diferenciadas que considerem o estilo de aprendizagem de cada aluno, promovendo uma abordagem mais personalizada e eficaz (Bossa, 2011).

A formação continuada dos professores também é uma função importante do psicopedagogo. Ao oferecer orientação e apoio técnico, ele ajuda os docentes a se familiarizar

com as práticas inclusivas, além de capacitá-los a lidar com as diversidades em sala de aula. Essa colaboração é vital, pois muitos professores podem não ter sido treinados adequadamente para atender alunos com necessidades educacionais especiais, o que pode gerar insegurança e dificuldades na implementação de estratégias inclusivas. O psicopedagogo atua também como um observador e monitor da evolução dos alunos, avaliando continuamente o progresso e adaptando as intervenções conforme necessário (Bossa, 2011). Essa função de monitoramento é fundamental para garantir que o PEI seja um documento dinâmico e ajustável, que reflita as mudanças nas necessidades e habilidades do aluno ao longo do tempo. Além disso, essa avaliação contínua possibilita a identificação precoce de novas dificuldades que possam surgir, permitindo a implementação de soluções eficazes antes que se tornem barreiras significativas para o aprendizado.

Finalmente, o papel do psicopedagogo na educação inclusiva também envolve o envolvimento da família no processo educacional. O psicopedagogo deve estabelecer um canal de comunicação aberto com os pais, informando-os sobre o progresso do aluno, as estratégias adotadas e como podem contribuir para a aprendizagem em casa. Essa parceria entre escola e família é crucial para o sucesso do processo de inclusão, pois garante que todos os envolvidos estejam alinhados em relação aos objetivos e às intervenções que estão sendo implementadas (Carvalho; Shaw, 2021).

Em resumo, o psicopedagogo desempenha uma função relevante na educação inclusiva, facilitando o desenvolvimento de um ambiente escolar que acolhe e valoriza a diversidade. Sua atuação abrange desde a identificação de necessidades educacionais até a promoção de práticas colaborativas e a articulação com famílias e profissionais da educação. Ao integrar essas ações, o psicopedagogo contribui para que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento integral.

Diante do exposto até o momento, pode-se perceber que a implantação do PEI é uma tarefa complexa que apresenta desafios significativos, especialmente no que tange à formação continuada de docentes e psicopedagogos. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 é um importante marco que estabelece diretrizes para a formação de psicopedagogos, enfatizando a necessidade de que esses profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios da inclusão escolar. É fundamental que a formação inicial e continuada aborde não apenas teorias educacionais, mas também práticas específicas que promovam a inclusão e a personalização do ensino. Um dos principais desafios na formação de docentes e psicopedagogos é a resistência a mudanças nas práticas pedagógicas. Muitos profissionais ainda podem se sentir inseguros ou desinformados sobre como implementar estratégias inclusivas e adaptar o currículo às necessidades dos alunos

com deficiência. Portanto, é essencial que as instituições de formação ofereçam não apenas conhecimento teórico, mas também experiências práticas que permitam a aplicação imediata dos conceitos aprendidos. Essa colaboração pode ser desafiada por barreiras organizacionais, falta de tempo e recursos limitados, que muitas vezes dificultam a comunicação e o trabalho em equipe. Superar essas barreiras exige um compromisso institucional em promover uma cultura de colaboração e apoio mútuo. Além disso, a LBI reforça a importância da elaboração de PEIs para alunos com deficiência, assegurando que cada aluno receba um acompanhamento adequado que considere suas particularidades e potencialidades.

As oportunidades também são numerosas na implementação do PEI. Por um lado, a crescente conscientização sobre a importância da educação inclusiva e das necessidades educacionais especiais tem gerado um interesse renovado em políticas públicas que promovam a formação continuada de professores e psicopedagogos. Essa ênfase nas práticas inclusivas não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas também enriquece o ambiente de aprendizagem para todos os estudantes, promovendo a diversidade e a empatia. A inclusão do PEI como parte integrante da prática educativa oferece uma oportunidade de transformar a abordagem pedagógica em uma experiência mais colaborativa e personalizada. Ao trabalhar em conjunto, docentes e psicopedagogos podem desenvolver planos que considerem não apenas as dificuldades dos alunos, mas também suas habilidades e interesses. Essa abordagem centrada no aluno pode resultar em um aumento do engajamento e da motivação, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Além disso, a implementação do PEI pode servir como um ponto de partida para a promoção de uma cultura escolar inclusiva. A visibilidade e a ênfase na elaboração de PEIs podem encorajar as escolas a revisar suas práticas pedagógicas, adaptando-as para atender às diversas necessidades de seus alunos. Isso pode incluir a adoção de metodologias ativas, a utilização de tecnologias assistivas e a criação de materiais didáticos diversificados.

Em resumo, os desafios na implementação do PEI são significativos, mas as oportunidades para transformar a educação inclusiva também são promissoras. Ao enfrentar a resistência e as barreiras organizacionais, e ao adotar uma abordagem flexível e colaborativa, docentes e psicopedagogos podem não apenas melhorar a qualidade do ensino para alunos com deficiência, mas também promover uma cultura de inclusão que beneficie todos os estudantes. Essa transformação requer um comprometimento contínuo e uma visão compartilhada de que a diversidade é uma força a ser celebrada e integrada no ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

3.1. DELINEAMENTO

O presente estudo configura-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, do tipo *ex-post facto*, utilizando tanto análises qualitativas quanto quantitativas.

3.2. PARTICIPANTES

Os colaboradores desta pesquisa são 20 professores de educação infantil do estado da Paraíba, com idades variando de 24 a 58 anos. A maioria é do sexo feminino (90%). Em termos de vínculo institucional, 75% atuam no ensino privado, enquanto 25% estão no ensino público. Em relação ao estado civil, 75% dos docentes são casados.

No que tange à formação acadêmica, além da Graduação, metade dos professores possui especialização, e apenas 5% possuem mestrado. Quanto ao tempo de experiência na docência, 75% dos profissionais têm mais de 10 anos de atuação, 15% têm entre 1 e 5 anos, e 10% possuem entre 6 e 10 anos de experiência.

3.3. INSTRUMENTOS

Elaborou-se um questionário estruturado contendo 29 perguntas, das quais 09 (nove) tratam de informações de natureza biosociodemográficas. O instrumento foi disponibilizado aos participantes pelo "Google Forms" sendo necessário o tempo médio de 15 minutos para conclusão das respostas. (APÊNDICE B).

3.4. PROCEDIMENTO

O presente trabalho respeita e tem por base as Resoluções nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde visto que se direciona aos seres humanos. Da mesma forma, preza pela liberdade e consentimento dos participantes, de modo que dispôs do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que foram esclarecidas as informações relevantes acerca da pesquisa (APÊNDICE A).

O questionário foi elaborado no *Google Forms*, e encaminhado por meio de um link, via *WhatsApp* e *Instagram*. No primeiro momento, explicou-se a cada participante as etapas da

pesquisa e foram dadas orientações básicas sobre como responder o questionário. Reforçou-se, também, que diante de quaisquer dúvidas os participantes poderiam solicitar ajuda à pesquisadora. Todo o processo de orientação mencionado acima foi realizado através de mensagens e enviados pelo *WhatsApp* e *Instagram*.

3.5. ANÁLISE DOS DADOS

Para a descrição da população na amostra do estudo foi feita a análise quantitativa no *FORMS*. No que se refere à análise qualitativa, para as respostas do roteiro de entrevista, utilizou-se a técnica da análise do conteúdo de Bardin (2016).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como pontuado anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a concepção de professores da educação infantil a respeito do papel do psicopedagogo na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e sua contribuição para o desenvolvimento acadêmico de alunos com deficiência. Como objetivos específicos pretendeu-se: a) Identificar a concepção de professores da educação infantil sobre a elaboração do PEI e b) Descrever como os professores da educação infantil compreendem a contribuição da psicopedagogia na promoção do desenvolvimento acadêmico de discentes com deficiência. A fim de atingir tais objetivos, as respostas dos participantes foram organizadas em duas categorias gerais, como é possível observar no Quadro 1.

Quadro 1: Concepção de professores da educação infantil a respeito do papel do psicopedagogo na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e sua contribuição para o desenvolvimento acadêmico de alunos com deficiência.

Categorização	
Categoria I PEI: Relevância e Desafios	Categoria II O papel do psicopedagogo na elaboração do PEI
Subcategoria I Relevância	Subcategoria I Professor e Psicopedagogo
Subcategoria II Desafios	Subcategoria II Importância do Psicopedagogo

Fonte: Dados da pesquisa

O primeiro objetivo específico do trabalho foi identificar a concepção de professores da educação infantil sobre a elaboração do PEI, e foi contemplado na Categoria I apresentada no Quadro 1. As questões que contemplam a categoria foram 1, 2, e 4 (APÊNDICE B). Com a finalidade de melhor identificar os eixos de discussão para o trabalho, a categoria foi dividida em duas subcategorias, as quais irão ser apresentadas em maior detalhe nos parágrafos seguintes.

A Subcategoria I foi intitulada *Relevância* e contemplou as questões 1 e 2. No que se refere ao *corpus*, foram englobados aspectos de compreensão dos professores sobre a relevância do PEI. Levantou-se que, em geral, os professores reconhecem a importância do PEI para a adaptação e personalização do ensino, visando atender às necessidades individuais dos alunos com dificuldades ou deficiências. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 2.

Quadro 2: Subcategoria I

Categoria I - PEI: Relevância e Desafios Subcategoria I - (Relevância)		
	Questões	Exemplos de respostas dos professores
Subcategoria I Relevância	1: Já participou da elaboração de algum Plano Educacional Individualizado (PEI)? Em caso afirmativo, descreva como foi essa experiência.	<p>“Sim. Foi uma experiência boa porque através do PEI podemos acompanhar o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças”;</p> <p>“Sim. Foi muito enriquecedora. Pois traçamos atividades mais específicas para desenvolver as crianças”.</p>
	2: Acredita que a elaboração do PEI pode facilitar a aprendizagem de alunos com deficiência na educação infantil? Por quê?	<p>“Claro, pois a partir do momento em que você adequar a rotina desse aluno às propostas de atividades elaboradas e adaptadas, você o ajuda em seu desenvolvimento”;</p> <p>“Sim, pois através do PEI o profissional saberá quais meios que irão facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Apresentou uma importância do PEI, no qual os professores reconhecem que o PEI é fundamental para adaptar e personalizar o ensino, atendendo às necessidades individuais de alunos com dificuldades ou deficiências. Porém apresentaram uma compreensão limitada ou fragmentada do conceito, demonstrando desafios na sua elaboração e aplicação prática as

respostas dos participantes indicam que a elaboração do PEI foi uma experiência enriquecedora, permitindo um acompanhamento mais efetivo do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Além de que participaram na elaboração do PEI descreveram a experiência como boa e enriquecedora, destacando que permite um acompanhamento mais detalhado do progresso dos alunos. Há um reconhecimento de que o PEI permite a criação de atividades específicas que atendem melhor às necessidades dos alunos. Os professores acreditam que a elaboração do PEI pode facilitar a aprendizagem ao adequar a rotina dos alunos às atividades planejadas, promovendo seu desenvolvimento. As respostas também sugerem que o PEI proporciona aos educadores as ferramentas necessárias para saber quais métodos e abordagens facilitarão a aprendizagem dos alunos com deficiência. Os resultados apontam para uma clara valorização do PEI pelos professores, que veem nele uma estratégia essencial para melhorar a experiência educacional de alunos com necessidades especiais. A elaboração do PEI não apenas favorece a adaptação curricular, mas também empodera os educadores a planejarem intervenções que promovam o desenvolvimento integral das crianças. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 2.

A Subcategoria II foi intitulada *Desafios* e contemplou a questão 4. No que se refere ao *corpus*, foi englobado o aspecto sobre os desafios do PEI. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3: Subcategoria II

Categoria I – PEI: relevância e desafios Subcategoria II - (Desafios)		
	Questões	Exemplos de respostas dos professores
Subcategoria II Desafios	4: Quais desafios você identifica na interação entre professores e psicopedagogos para a construção do PEI?	<p><i>“Além da indisponibilidade desse profissional na escola, a rotina exaustiva do professor, dificulta o trabalho colaborativo”.</i></p> <p><i>“Os principais desafios na interação entre professores e psicopedagogos para a construção do PEI incluem a comunicação eficaz, a falta de formação específica, a gestão do tempo, o alinhamento de objetivos e a resistência à mudança. Esses fatores podem dificultar a implementação de estratégias adequadas para atender às necessidades dos alunos”.</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa

Muitos professores relatam desafios na aplicação prática do PEI, mencionando a falta de formação adequada e a dificuldade em adaptar o currículo e as estratégias pedagógicas para cada aluno. A ausência do psicopedagogo nas escolas é um desafio significativo, pois limita o suporte necessário para a elaboração do PEI. Sem a presença desse profissional, a colaboração e o desenvolvimento de estratégias eficazes tornam-se mais complexos. Além disso, levantou-se que a falta de formação contínua e de suporte pedagógico adequado contribui para essa dificuldade, gerando uma necessidade de maior capacitação e envolvimento dos profissionais na aplicação do PEI como ferramenta fundamental para a inclusão e desenvolvimento educacional dos alunos. A elaboração do PEI é uma prática fundamental no contexto da educação inclusiva, pois permite que as necessidades específicas de alunos com dificuldades de aprendizagem sejam atendidas de forma personalizada. A carga de trabalho dos professores, já intensa e muitas vezes exaustiva, dificulta a interação colaborativa com os psicopedagogos. Isso sugere que a falta de tempo e recursos compromete o esforço para uma abordagem mais integrada na elaboração do PEI. A ausência de formação específica para professores e psicopedagogos pode dificultar a compreensão mútua das responsabilidades e práticas de cada profissional, afetando a construção do PEI de forma colaborativa.

Em alguns casos, observou-se que os docentes enxergam o PEI como um documento burocrático, sem uma clara noção de como integrá-lo de forma eficiente nas atividades diárias da sala de aula. As respostas destacam que, embora a elaboração do PEI seja reconhecida como crucial para atender às necessidades dos alunos, a sua implementação enfrenta múltiplos desafios. A falta de profissionais disponíveis, a rotina cansativa dos professores, a comunicação deficiente, e a falta de formação específica são barreiras que precisam ser abordadas para que a construção do PEI seja mais eficaz e colaborativa. Para melhorar essa interação, é essencial promover capacitação, facilitar a comunicação e encontrar soluções práticas para gerenciar o tempo de forma mais eficiente.

O segundo objetivo específico do trabalho foi descrever como os professores da educação infantil compreendem a contribuição da psicopedagogia na promoção do desenvolvimento acadêmico de discentes com deficiência, e foi contemplado na Categoria II (o papel do psicopedagogo na elaboração do PEI) apresentada no Quadro 1. As questões que contemplam a categoria foram 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (APÊNDICE B). Com a finalidade de melhor identificar os eixos de discussão para o trabalho, a categoria foi dividida em duas subcategorias, as quais irão ser apresentadas em maior detalhe nos parágrafos seguintes.

A Subcategoria I foi intitulada *Professor e Psicopedagogo* e contemplou as questões 5 e 10. No que se refere ao *corpus*, avaliar a colaboração entre professores e psicopedagogos se os participantes compreenderem essa colaboração entre os diferentes profissionais e como se manifesta. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 4.

Quadro 4: Subcategoria I

Categoria II – O papel do psicopedagogo na elaboração do PEI Subcategoria I - (Professor e Psicopedagogo)		
	Questões	Exemplos de respostas dos professores
Subcategoria I Professor e Psicopedagogo	5: Como a colaboração entre professores e psicopedagogos, para a construção do PEI, poderia ser aprimorada?	<p><i>"Através de reuniões com a equipe professores, psicólogos, coordenação e pais para discutir informações coletadas e definir objetivos claros e realistas para a criança em questão",</i></p> <p><i>"Por meio da mediação pedagógica. O psicopedagogo precisa estar presente na sala de aula para também conhecer as crianças dentro desse contexto. Promover espaços de diálogo durante a rotina de planejamento pedagógico".</i></p>
	10: Acredita que o psicopedagogo pode assessorar o professor em sua atuação com crianças que tenham alguma deficiência? Por quê?	<p><i>"Sim, essa união, abre um leque de possibilidades e auxilia o professor com estratégias e suporte, retirando uma sobrecarga desse profissional",</i></p> <p><i>"Sim, acredito que o psicopedagogo pode assessorar o professor na sua atuação com crianças que tenham alguma deficiência. O psicopedagogo possui formação voltada para entender as dificuldades de aprendizagem e os fatores que influenciam esse processo, tanto do ponto de vista cognitivo quanto emocional e social".</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa

Na Subcategoria I, foram analisadas as respostas dos participantes e observou-se a Necessidade de Reuniões e Diálogo. A sugestão de realizar reuniões indica a importância de um trabalho colaborativo e coletivo. Essas reuniões permitem a troca de informações, o compartilhamento de experiências e a definição de objetivos claros e realistas para cada aluno, o que é fundamental para a personalização do PEI. A proposta de que o psicopedagogo esteja presente na sala de aula destaca a importância de observar e conhecer as crianças em seu contexto educativo. Essa presença pode enriquecer a prática pedagógica, pois permite que o psicopedagogo compreenda melhor as interações e desafios diários enfrentados pelos alunos, possibilitando uma intervenção mais eficaz. As respostas revelaram uma percepção positiva sobre a colaboração entre professores e psicopedagogos. Essas afirmações sugerem que a presença de um psicopedagogo não apenas complementa o trabalho do professor, mas também proporciona um enriquecimento profissional, ao oferecer novos conhecimentos e abordagens pedagógicas que podem ser aplicadas no ensino. Essa afirmação indica que a interação entre os profissionais é caracterizada por um forte espírito de colaboração, onde as trocas de experiências e conhecimentos são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que atendam às necessidades dos alunos. Essa parceria permite que os professores se sintam mais apoiados e confiantes em suas práticas, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e adaptado às diversidades. A subcategoria destaca a importância de uma colaboração efetiva entre professores e psicopedagogos para a construção do PEI. As respostas evidenciam que, para aprimorar essa colaboração, são necessárias reuniões regulares, presença do psicopedagogo em contextos de sala de aula, e a promoção de um diálogo constante. Essa interação não só beneficia os profissionais envolvidos, mas, mais importante, atende melhor às necessidades dos alunos com deficiência, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz. Como destaca Carvalho (2009), "o PEI é construído com base em dados observacionais e diagnósticos, e sua eficácia depende da comunicação e cooperação contínua entre professores e demais profissionais envolvidos". A colaboração entre professores e psicopedagogos não apenas facilita a elaboração do PEI, mas também fortalece a implementação de estratégias pedagógicas personalizadas. Professores são capazes de adaptar atividades e currículos diários a partir do PEI, enquanto psicopedagogos oferecem intervenções mais específicas, visando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais dos alunos. A importância dessa parceria é ainda mais evidente quando se observa que os professores, muitas vezes, são os primeiros a identificar dificuldades de aprendizagem ou comportamentais nos alunos. Ao colaborar com psicopedagogos, os

professores podem garantir que o PEI reflita as reais necessidades dos alunos e que as intervenções sejam adaptadas à sua rotina escolar. Por fim, essa integração de conhecimentos e práticas profissionais é essencial para promover a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos.

A Subcategoria II foi intitulada *Importância do psicopedagogo* e contemplou as questões 3, 6, 7, 8 e 9. No que se refere ao *corpus*, enfatiza a importância do psicopedagogo sua contribuição, que possui uma formação que o capacita a compreender as dificuldades de aprendizagem e os fatores que influenciam esses processos, tanto do ponto de vista cognitivo quanto emocional e social. As respostas das participantes para esta subcategoria são apresentadas no quadro 5.

Quadro 5: Subcategoria II

Categoria II - O papel do psicopedagogo na elaboração do PEI Subcategoria II - (Importância do Psicopedagogo)		
	Questões	Exemplos de respostas dos professores
Subcategoria II Importância do Psicopedagogo	3: Na sua visão de que forma a presença do psicopedagogo na equipe multidisciplinar pode contribuir na elaboração do PEI.	<p><i>"Porque é um profissional mais qualificado podendo direcionar as melhores abordagens, dependendo dos transtornos que se apresentam".</i></p> <p><i>"O psicopedagogo pode realizar uma avaliação completa do aluno, identificando dificuldades de aprendizagem, questões emocionais ou comportamentais que influenciam o desempenho escolar. Isso fornece dados essenciais para a construção de um PEI adequado às necessidades individuais".</i></p>
	6: Você já participou de alguma equipe multidisciplinar em que um profissional da psicopedagogia estivesse presente? Em caso afirmativo, descreva como foi essa experiência.	<p><i>"Sim. Uma experiência incrível, pois bagagem de conhecimento me orientou e capacitou".</i></p> <p><i>"Sim. Foi uma experiência maravilhosa e enriquecedora, com trocas e muita parceria".</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 5: Subcategoria II (continuação)

Categoria II - O papel do psicopedagogo na elaboração do PEI Subcategoria II - (Importância do Psicopedagogo)		
	Questões	Exemplos de respostas dos professores
Subcategoria II Importância do Psicopedagogo	7: Compreende que o psicopedagogo pode auxiliar na avaliação dos processos de aprendizagem de discentes com deficiência? Por quê?	<i>"Sim, o psicopedagogo pode auxiliar significativamente na avaliação dos processos de aprendizagem de discentes com deficiência. Isso ocorre porque o psicopedagogo tem formação específica para compreender como ocorrem os processos de aprendizagem, identificando possíveis dificuldades e barreiras que os alunos enfrentam, sejam elas cognitivas, emocionais ou sociais".</i>
	8: A psicopedagogia pode contribuir na identificação de possíveis barreiras que dificultem a aprendizagem das crianças com deficiência? Justifique sua resposta em poucas palavras	<p><i>"Sim, pois são profissionais que tem uma visão mais ampla e que pode auxiliar os professores que já tem uma grande demanda e muitas vezes não tem a formação adequada".</i></p> <p><i>"Sim. Um diagnóstico prévio realizado por estes profissionais, pode contribuir para identificar as possíveis dificuldades e buscar propostas de solução para investir no processo educacional do educando".</i></p>
	9: Para você a psicopedagogia pode colaborar na identificação de estratégias que facilitem a aprendizagem de crianças com deficiência? Por quê?	<p><i>"Sim. Ele pode ajudar o professor a desenvolver estratégias e adaptações curriculares que atendam as particularidades de cada criança facilitando o processo do ciclo aprendido".</i></p> <p><i>"Sim. Juntamente com a professora que atua na sala de aula, a psicopedagoga será uma facilitadora mediante a esse processo buscando melhores formas para adaptar o ensino e a didática às suas necessidades".</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas dos professores destacaram a relevância da atuação psicopedagógica e como essa pode impactar positivamente o ambiente escolar. Os professores reconhecem que o psicopedagogo é um profissional qualificado, capaz de direcionar as melhores abordagens para cada aluno, dependendo das dificuldades que apresentam. Isso sugere que a presença do psicopedagogo é essencial para garantir que as intervenções sejam adequadas e eficazes. capacidade do psicopedagogo de realizar avaliações abrangentes é destacada. Ele pode identificar não apenas dificuldades de aprendizagem, mas também questões emocionais e comportamentais que influenciam o desempenho escolar. Essas informações são cruciais para

a construção de um PEI adaptado às necessidades individuais dos alunos. Os professores concordam que o psicopedagogo pode auxiliar significativamente na avaliação dos processos de aprendizagem de alunos com deficiência. Sua formação específica permite que ele identifique dificuldades e barreiras que os alunos enfrentam, contribuindo para uma compreensão mais profunda das necessidades educacionais. Os professores acreditam que o psicopedagogo pode ajudar na elaboração de estratégias e adaptações curriculares que atendam às particularidades de cada criança. Essa colaboração é essencial para facilitar o processo de aprendizagem e garantir que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma individualizada. As respostas na Subcategoria II destacam a importância do psicopedagogo como um colaborador crucial no contexto educacional. Sua formação e habilidades permitem que ele desempenhe um papel significativo na avaliação, identificação de barreiras e desenvolvimento de estratégias que facilitem a aprendizagem de crianças com deficiência. A colaboração entre psicopedagogos e professores é vista como uma forma eficaz de garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade, adaptado às suas necessidades individuais. A psicopedagogia, portanto, não apenas contribui para a avaliação e identificação das barreiras que afetam a aprendizagem, mas também oferece suporte na implementação de estratégias eficazes, promovendo uma educação inclusiva e adaptada às necessidades de cada aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa destaca a relevância da atuação do psicopedagogo na promoção da educação inclusiva. Além de evidenciar que, embora os professores reconheçam as importâncias do PEI como uma ferramenta essencial para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, muitos enfrentam desafios na sua elaboração e implementação. A colaboração entre docentes e psicopedagogos é fundamental para garantir que o PEI seja um documento dinâmico e eficaz, que reflita as especificidades de cada aluno.

Os resultados indicam que a formação contínua dos educadores é crucial para que possam lidar com a diversidade na sala de aula e aplicar estratégias pedagógicas adaptadas. Além disso, a pesquisa ressalta a necessidade de um diálogo constante entre os profissionais da educação, a fim de promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. A interação entre professores e psicopedagogos não apenas enriquece o processo educativo, mas também

contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

No que diz respeito às contribuições do estudo são diversas. Primeiramente, ele promove uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas dos professores, contribuindo para a compreensão de como o PEI pode ser utilizado de forma eficaz na educação infantil. Além disso, ao evidenciar a importância da atuação do psicopedagogo na elaboração do PEI, a pesquisa contribui para uma maior valorização e entendimento do papel desse profissional na educação inclusiva. A análise das respostas dos professores também revelou a necessidade de formação continuada e suporte pedagógico, orientando futuras iniciativas de capacitação que podem ser desenvolvidas nas instituições de ensino. Por fim, os achados podem servir como base para novas pesquisas que investiguem a eficácia do PEI na prática educacional e a colaboração entre professores e psicopedagogos.

No entanto, o estudo apresenta a limitação de que as respostas dos professores podem ter sido influenciadas por viés de autoavaliação, já que foram solicitadas opiniões pessoais sobre suas práticas e compreensões. Além disso sugere-se que futuras pesquisas ampliem o alcance geográfico dos estudos, incluindo outras regiões do Brasil e até mesmo contextos internacionais, para enriquecer a aplicabilidade dos resultados e verificar possíveis variações regionais nas práticas de educação inclusiva para pessoas com deficiência. Ademais, recomenda-se que amostras maiores de participantes sejam consideradas, envolvendo uma quantidade mais representativa de professores. Isso poderá contribuir para uma generalização mais robusta dos achados, favorecendo uma compreensão mais ampla e detalhada dos desafios e oportunidades da implementação efetiva do Plano Educacional Individualizado (PEI) em diferentes contextos escolares. Essas sugestões visam fomentar o desenvolvimento de políticas educacionais que priorizem a inclusão e valorizem a diversidade no ambiente escolar, promovendo, assim, uma educação mais inclusiva e acessível para todos os alunos. Essas considerações e contribuições são fundamentais para o avanço da educação inclusiva e para a formação de profissionais mais capacitados e conscientes de suas práticas pedagógicas.

Por fim, sugerem que a implementação efetiva do PEI deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, envolvendo não apenas a inclusão, mas também a valorização da diversidade no ambiente escolar. A pesquisa conclui que, ao enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades, é possível transformar a educação inclusiva em uma realidade, beneficiando todos os alunos, independentemente de suas dificuldades.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA EUROPEIA PARA NECESSIDADES ESPECIAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Educação inclusiva para alunos com deficiência na Europa**. Odense: Agência Europeia para Necessidades Especiais e Educação Inclusiva, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERTOLDI, Franciele Stolf; BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da pessoa autista. **Revista Psicopedagogia**, v. 114, pág. 341-352, 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. [Disponível em: https://www.planalto.gov.br](https://www.planalto.gov.br). Acesso em: 18 out. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. CNE/CEB nº 2, de 1º de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jul. 2001.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7**, 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4**, 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 out. 2009.
- BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

- BOSSA, NA A **psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CARVALHO, RE **Inclusão: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.
- CARVALHO, Samara da Silva; SHAW, Gisele Soares Lemos. Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA. **Cenas educacionais**, v. 4, p. e11868, 2021.
- COSTA, DS; SCHMIDT, C. Plano Educacional Individualizado para estudantes com Autismo: revisão conceitual. **Cadernos de Educação**, n. 61, pp. 102-128, jan./jun. 2019.
- EUA. **Lei de Educação de Indivíduos com Deficiência (IDEA)**. 20 USC § 1400 (2004). Disponível em: <https://sites.ed.gov/idea/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- GLAT, R.; VIANA, M.M.; REDIG, AG Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ci. Hum. e Soc. em Rev.**, RJ, EDUR, v. 12, pág. 79-100, 2012.
- MOURA, Clara Viviane Marques De Macedo et al. Dimensões da intervenção psicopedagógica na educação especial. **Anais IV CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2020.
- PIERANGELO, R.; GIULIANI, G. **Guia completo do educador especial para 109 testes diagnósticos**. Nova York: Jossey Bass, 1998.
- PONTES, Idalina Amélia Mota. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 84, jan. 2010.
- PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.
- RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- SILVA, Maria Eliza Rocha. **O psicopedagogo e a inclusão: caminho para superar as dificuldades de aprendizagem**. Editora Realize, 2020.
- TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: PPGEES – UFSCar, 2010.

APÊNDICES (A, B)

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Prezada colaboradora,

A presente pesquisa visa levantar informações sobre a visão de professores da Educação Infantil a respeito da atuação do psicopedagogo na elaboração do PEI, bem como na contribuição da psicopedagogia para a promoção do desenvolvimento acadêmico de discentes com deficiência. Por favor, leia atentamente as instruções e responda conforme seu julgamento, sem deixar qualquer das questões em branco. Esclarecemos que não existem respostas certas ou erradas, assim, é importante para o desenvolvimento adequado deste estudo que seja a mais sincera possível. Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Sua participação é voluntária e, desta forma, garantimos o seu direito de desistir em qualquer etapa da pesquisa sem nenhum tipo de prejuízo. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 466/12 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, nos colocamos à sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite (Pesquisadora: roberta.lavynia@academico.ufpb.br; Orientadora: celia.chaves@academico.ufpb.br).

Termo de Consentimento

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da Prof.ª Dr.ª. Célia Maria Cruz Marques, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

João Pessoa, ____ de _____ de _____.

Assinatura da participante

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Questionário Sociodemográfico

Sobre o docente:

1. Idade;
2. Gênero;
3. Estado civil;
4. Grau de escolaridade;
5. quanto tempo você trabalha como docente;
6. Em quais níveis de ensino você leciona;
7. Em que tipo de instituição você trabalha?
8. A escola onde você trabalha conta com a presença de um psicopedagogo?
9. Você já recebeu capacitação ou formação específica sobre PEI?

Roteiro de Entrevista

1. Já participou da elaboração de algum Plano Educacional Individualizado (PEI)? Em caso afirmativo, descreva como foi essa experiência.
2. Acredita que a elaboração do PEI pode facilitar a aprendizagem de alunos com deficiência na educação infantil? Por quê?
3. Na sua visão de que forma a presença do psicopedagogo na equipe multidisciplinar pode contribuir na elaboração do PEI.
4. Quais desafios você identifica na interação entre professores e psicopedagogos para a construção do PEI?
5. Como a colaboração entre professores e psicopedagogos, para a construção do PEI, poderia ser aprimorada?

6. Você já participou de alguma equipe multidisciplinar em que um profissional da psicopedagogia estivesse presente? Em caso afirmativo, descreva como foi essa experiência.
7. Compreende que o psicopedagogo pode auxiliar na avaliação dos processos de aprendizagem de discentes com deficiência? Por quê?
8. A psicopedagogia pode contribuir na identificação de possíveis barreiras que dificultem a aprendizagem das crianças com deficiência? Justifique sua resposta em poucas palavras.
9. Para você a psicopedagogia pode colaborar na identificação de estratégias que facilitem a aprendizagem de crianças com deficiência? Por quê?
10. Acredita que o psicopedagogo pode assessorar o professor em sua atuação com crianças que tenham alguma deficiência? Por quê?

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela força, sabedoria e proteção durante toda essa jornada. Sem Ele, nada disso seria possível. À minha orientadora, Célia, minha eterna gratidão pela paciência, dedicação e orientação impecável em cada etapa deste trabalho. Às professoras Lillian e Mônica, membros da banca, pelo tempo e contribuições valiosas que enriqueceram este estudo, sou imensamente grata. Aos meus pais, expresse meu mais profundo agradecimento. À minha mãe, que agora está no céu, sei que de alguma forma esteve comigo em todos os momentos difíceis, guiando meus passos e me dando coragem. Ao meu pai, que sempre esteve ao meu lado, não apenas atendendo a todas as minhas necessidades, mas fazendo mais do que eu podia pedir, para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Aos amigos e professores que compartilharam comigo esta caminhada universitária, agradeço pela companhia, apoio e ensinamentos. Vocês fizeram toda a diferença nos momentos de incerteza e conquistas. Por fim, agradeço aos meus colegas de trabalho, que foram uma fonte de motivação para a realização deste estudo. Foram vocês que me inspiraram a seguir em frente, e este trabalho é também fruto de tudo que compartilhamos.

A todos, meu muito obrigado!